Cultura popular e tradição como elementos do patrimônio imaterial: a promoção da diversidade cultural e da identidade social.

Yussef Daibert Salomão de Campos

Resumo

A categoria imaterial do patrimônio cultural, através dos instrumentos para sua salvaguarda, tem proporcionado a ampliação do campo de debate entre pesquisadores das ciências humanas. A inserção de conceitos como *cultura popular*, *tradição* e *diversidade cultural* se mostra cada vez mais freqüente na produção científica que se propõe a tratar o tema. O uso desses conceitos se mostra ligado à necessidade de se demonstrar a busca pela afirmação de identidades culturais e sociais. Através da afirmação de Hall, que apresenta a interdependência entre as noções de identidade e diferença, o breve trabalho tentará problematizar a inserção de tais conceitos na categoria Patrimônio Cultural Imaterial.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural imaterial, diversidade cultural, identidade social.

Introdução

O patrimônio cultural é um campo de estudos sem fronteiras definidas, com disciplinas diversas que se debruçam sobre seu estudo e com pontos de vistas os mais cambiantes possíveis. Isso pode ser demonstrado a partir de sua categoria imaterial: é um campo mais recente da seara patrimonial, frente à categoria material, e o instrumento jurídico específico para sua salvaguarda – o registro – é alvo de estudos e debates acerca de seus efeitos e de sua validade, tendo sido instituído, no Brasil, somente há dez anos. A própria divisão do patrimônio cultural em categorias (material e imaterial) não é um ponto pacífico no debate patrimonial, mas esse não é o objeto desse estudo.

Como não é objeto a ideia de “tradição inventada” que “inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de se localizar num período limitado e determinado no tempo” (HOBBSAWM e RANGER, 2006, p. 09), mas simplesmente o fato de que a tradição e a cultura popular precedem o patrimônio imaterial e a definição de marcos legais de sua proteção, assim como fazem parte de sua construção teórica. O artigo busca, ainda, demonstrar a busca da afirmação de identidades sociais através da promoção da diversidade.

A UNESCO¹, ao determinar que o patrimônio imaterial é “o conjunto das manifestações tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre uma tradição” (ABREU, 2003, ps. 81-82) e que se externa, entre outros, nas

¹ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

tradições orais e técnicas artesanais tradicionais - Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003 (CURY, 2004), apresenta, nitidamente, a presença da tradição e da cultura popular como elementos formadores do patrimônio imaterial, seja em celebrações, ofícios, lugares ou formas de expressão.

O desenvolvimento de uma genealogia das principais Cartas Patrimoniais que tratam do patrimônio imaterial permitirá a visualização do uso da tradição como ancestral da salvaguarda de tal categoria; possibilitará, doravante, compreender, ainda que superficialmente, a interdependência entre os conceitos “identidade” e “diferença”.

Formulando a categoria “patrimônio cultural imaterial”

A necessidade da proteção da cultura tradicional e popular influenciou na determinação e conceituação do patrimônio imaterial e de sua salvaguarda. Cartas patrimoniais, como a Convenção da UNESCO sobre a salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972 e a Recomendação sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989, balizaram a discussão que dariam ensejo às cartas patrimoniais destinadas ao patrimônio imaterial. Enquanto a primeira, em seu primeiro artigo, destacou a importância de se reconhecer como patrimônio cultural bens de valor etnológico e antropológico, a segunda considerou a tradição e a cultura popular patrimônio universal da humanidade, como “poderoso meio de aproximação entre os povos e grupos sociais existentes e de afirmação de sua identidade cultural” (CURY, 2004, p. 293). Vale destacar que na década de 1970, no Brasil, surgiram as primeiras discussões acerca da cultura popular e tradicional, que serviriam para a formulação, mais adiante, da institucionalização do patrimônio imaterial no país. Segundo Aloísio Magalhães, responsável à época pelo IPHAN², é através da tradição e da cultura popular que se descobre os valores mais autênticos de uma nacionalidade (MAGALHÃES, 1985).

A conferência mundial sobre as políticas culturais, de 1985, conhecida como Declaração do México, na mesma esteira, determinou, entre outras afirmativas, que “cada cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem sua maneira mais acabada de estar presente no mundo” e que

todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade; a identidade cultural de um povo se renova e enriquece em contato com as tradições e valores dos demais; a cultura é um diálogo, intercâmbio de idéias e

² Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

experiências, apreciação de outros valores e tradições; no isolamento, esgota-se e morre. (CURY, 2004, p. 273).

Já em 1994, no Japão, foi realizada a conferência de Nara, que, ao tratar da relação entre a diversidade cultural e o patrimônio, apontou que todas as culturas e todas as sociedades estão enraizadas em formas e em meios particulares de expressão tangível e intangível que constituem o seu patrimônio, e que devem ser respeitados. Afirmou que a diversidade das tradições culturais

É uma realidade no tempo e no espaço, e exige o respeito pelas outras culturas e por todos os aspectos dos seus sistemas de pensamentos. Nos casos em que os valores culturais parecem estar em conflito, o respeito pela diversidade cultural impõe o reconhecimento da legitimidade dos valores culturais de todas as partes. (CURY, 2004, p. 320).

Dando continuidade ao processo de discussão acerca do patrimônio imaterial, surgem, em 1997, dois importantes documentos: em junho, o MERCOSUL publicou a Carta de Mar Del Plata sobre o patrimônio intangível e, em novembro, o IPHAN promoveu um encontro que gerou a Carta de Fortaleza. A primeira dita algumas recomendações, tais como a catalogação das expressões do patrimônio cultural intangível e o apoio de pesquisas sobre o patrimônio intangível das culturas indígenas; já a Carta de Fortaleza buscou tratar de estratégias e formas de proteção do patrimônio imaterial, propondo e recomendando que se estabeleçam as necessárias interfaces para que sejam estudadas medidas voltadas para a promoção e o fomento das diversas manifestações culturais. Vale anotar que é nesse momento que surge no Brasil o registro como instrumento para a salvaguarda do patrimônio imaterial, conforme sugerido, dentre outros instrumentos, na Constituição Federal de 1988.

Essa breve apresentação de determinações contidas em Cartas Patrimoniais, de diferentes épocas e lugares, proporciona a visualização de uma inserção determinante da cultura popular e da tradição dentro do campo patrimonial institucionalizado, assim como apresenta o patrimônio imaterial como instrumento de inclusão de manifestações culturais até então marginalizadas pelas políticas públicas de preservação do patrimônio, promovendo, assim, a diversidade cultural. Tais afirmativas e diretivas de ações resultaram não só na Convenção da UNESCO de 2003, apresentada ao final da introdução desse artigo, como também na Declaração universal sobre a diversidade cultural, em 2001 e na Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, em 2005. Enquanto a primeira dispõe que a “diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade”, a segunda propõe que “a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais pressupõem o reconhecimento da igual

dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas” (UNESCO, <http://www.unesco.org/pt/brasil/culture/cultural-diversity>).

Diversidade Cultural e Identidade Social

A genealogia de Cartas apresentada anteriormente possibilita não só uma leitura da tradição e da cultura popular como elementos do patrimônio cultural como também abrem espaço para um apontamento: a busca pela identidade social mostra-se acompanhada pela promoção da diversidade cultural.

A seara patrimonial é verdadeiramente um campo minado por disputas identitárias. As seleções de bens culturais como alvos de preservação impõe, necessariamente, a exclusão de outros: é a velha dicotomia memória e esquecimento. O patrimônio cultural é a expressão política da memória, na qual grupos com representação política alcançam reconhecimento através da preservação, salvaguarda e promoção de seus símbolos culturais apresentados em cada um de seus bens patrimonializados.

É assim se deu com o reconhecimento da tradição e da cultura popular como bens patrimonializáveis. Após décadas de valoração de bens arquitetônicos representantes das classes sociais das classes mais abastadas e detentoras de poder político, como casarões, igrejas e fortificações militares, a cultura popular e tradicional passou a elencar o rol de bens culturais do Brasil. São exemplos: o Círio de Nazaré, o frevo, o tambor de crioula, o ofício dos mestres de capoeira, o toque dos sinos em Minas Gerais, a feira de Caruaru, a arte Kusiwa, entre outros.

Tal tratamento nasceu do reconhecimento da diversidade cultural como promotora da dignidade da pessoa humana, através da valoração das diferentes identidades presentes em uma miríade de manifestações culturais. Daí pergunta-se: qual a relação entre a identidade e a diversidade?

Responde-se: a mais íntima possível. Aparentemente conceitos diametralmente opostos, diferença e identidade possuem uma interdependência indissolúvel. Só há identidade onde possa ser notada a diferença. Sei que sou mineiro porque o carioca e o gaúcho de mim se diferem; sei de minha condição de brasileiro ao perceber as diferenças apresentadas pelo argentino ou pelo uruguaio. Sem tratar aqui da noção de comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008), as diferentes identidades, sejam marcadas pela nacionalidade, pela regionalidade ou por outras manifestações culturais, a diferença e a identidade caminham, inevitavelmente, uma ao lado da outra.

Como demonstrou Kathryn Woodward, a identidade é relacional:

A identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber, de outra identidade (croata), de uma identidade que ela não é e que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista. A identidade sérvia se distingue por aquilo que ela não é. Ser um sérvio é ser um 'não-croata'. A identidade é, assim, marcada pela diferença. (WOODWARD, 2009, p. 09).

A procura pela valoração e promoção da diversidade reafirma identidades sociais que formam esse campo de diferenças. Ao se mostrar aqui a correlação entre identidade e diversidade se quis mostrar não só sua interdependência, mas que o reconhecimento da diversidade é o reconhecimento de diversas identidades que se formam através de várias diferenças. Voltando ao exemplo anterior: sou brasileiro porque não sou argentino; mas a minha condição de ser brasileiro não se esgota em si. Sou mineiro (logo não sou gaúcho), da Zona da mata mineira (logo, não sou do Triângulo), e assim por diante, nas inúmeras áreas que identificam um sujeito ou uma sociedade.

E, como foi dito anteriormente, a identidade é um campo de conflitos, assim como a memória, sendo ambos representados politicamente na figura patrimonial. Tomaz Tadeu da Silva apresenta explicita o poder das identidades da seguinte forma:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2009, p. 81).

As afirmativas suscitadas acima partem da conceituação de Stuart Hall de que “as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela” (HALL, 2009, p. 110). O autor afirma ainda que pode ser perturbadora a ideia de que só se pode criar um perfil identitário a partir do reconhecimento do outro, a partir daquilo que não o é, sendo que a constituição da identidade social, para Hall, é um ato de poder.

Considerações finais

Essas reflexões trazem à tona o cerne do debate patrimonial: o conflito de poder, a disputa entre identidades. Através da promoção e da valoração da diversidade cultural, ao se reconhecer a tradição e a cultural popular como bens patrimoniais, permite-se aplacar as disputas e amenizar os conflitos.

O patrimônio cultural é formado tanto por bens materiais e imateriais, tanto por casarões e igrejas quanto por terreiros e celebrações pagãs. O patrimônio, através de sua preservação, salvaguarda e promoção se apresenta como um campo de afirmações de identidades sociais e de reconstruções de memórias compartilhadas. É, portanto, uma zona conflituosa, na qual perpassam conceitos que se complementam reciprocamente: identidade e diferença; memória e esquecimento; passado, presente e futuro; tangibilidade e imaterialidade.

Referências

ABREU, Regina. *“Tesouros humanos vivos” ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A/ FAPERJ/ UNIRIO, 2003, p. 81-94.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CURY, Isabelle (Org. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, T. T. (Org.), WOODWARD, K. e HALL, S. *Identidade e diferença: a perspectiva dos assuntos culturais*, 9 ed., Petrópolis: Vozes, 2009.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução: Celina Cavalcante. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, T. T. (Org.), WOODWARD, K. e HALL, S. *Identidade e diferença: a perspectiva dos assuntos culturais*, 9 ed., Petrópolis: Vozes, 2009.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, T. T. (Org.), WOODWARD, K. e HALL, S. *Identidade e diferença: a perspectiva dos assuntos culturais*, 9 ed., Petrópolis: Vozes, 2009.

www.unesco.org

Autor

Yussef Daibert Salomão de Campos

Aluno regular do curso de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora-MG e especializou-se em Gestão do Patrimônio Cultural pelo Instituto Metodista Granbery/PERMEAR também em Juiz de Fora.